



HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL  
TERMO 047/2019 DE CONTRATO



PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 6210.2018/0005093-1

CONTRATANTE: HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

CONTRATADA: PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTEÇÃO S/S LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DOSIMETRIA PESSOAL COM CONCESSÃO DE PORTA DOSIMETROS.

Aos 03 dias do mês de março do ano de 2019 nesta Capital de São Paulo, na Rua Castro Alves, 63/73 – 6º andar, na sala da Gestão de Contratos do HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CNPJ 46.854.998/0001-92, entidade autárquica regida pela Lei 13.766 de 21 de janeiro de 2004, adiante designado HSPM e, neste ato, representado pelo seu Superintendente, DR. ANTONIO CÉLIO CAMARGO MORENO, RG 5.240.451 SSP/SP, CPF 920.063.028-68, compareceu o SR. ALWIN WILHELM ELBERN, CPF 111.687.300-15, RG 6073042761, Representante da empresa PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTEÇÃO S/S LTDA, CNPJ 87.389.086/0001-74, com sede na Rua Rui Barbosa, 118 Ed. Michalsk, Térreo, Vila Jardim América, telefone (51) 3287-3500 (51) 3287-3528, fax (51) 3287-3559, 0800-51-24-61, em São Paulo (11) 5084-3818, e-mail: [renova@prorad.com.br](mailto:renova@prorad.com.br), CEP 94920-510, Cachoeirinha - RS, adiante designado CONTRATADA, nos termos da Lei Municipal nº 13.278, de 07 de janeiro de 2002, os Decretos Municipais nº 43.406 de 08 de julho de 2003, nº 44.279 de 24 de dezembro de 2003, nº 46.662 de 24 de novembro de 2005 e nº 56.475 de 05 de outubro de 2015, as Leis Federais nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Complementares nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e nº 147 de 7 de agosto de 2014, e com a autorização contida no processo eletrônico nº 6210.2018/0005093-1 – HSPM, firmar o presente Termo 047/2019 de Contrato, fazendo parte integrante deste, a proposta da empresa e o Edital do Pregão, e conforme as condições adiante enumeradas.

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 O objeto deste contrato é para prestação de serviços de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DOSIMETRIA PESSOAL COM CONCESSÃO DE PORTA DOSIMETROS**, conforme especificado, nos termos do edital de Pregão Eletrônico nº 019/2019, do processo eletrônico nº 6210.2018/0005093-1 – HSPM.

<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Qtidade Estimada Mensal</u>	<u>Qtidade Total Anual</u>	<u>Valor Unitário</u>	<u>Valor Mensal Estimado</u>	<u>Valor Total Anual</u>
01	Conjuntos de Porta-Dosímetros com Respetivas Pastilhas necessárias a Dosimetria Pessoal	175	2.100	R\$ 8,80	R\$ 1.540,00	R\$ 18.480,00

#### CLÁUSULA II – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2.1 A CONTRATADA prestará o **serviço de entrega, recolhimento e leitura** de conjunto de porta dosímetros individual, **mensalmente, com fornecimento, em regime de comodato, de acordo com a tabela da Cláusula I;**

2.2 Os conjuntos de porta dosímetros deverão ser entregues pela CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE, na Gerência Técnica de Apoio Diagnóstico, até o 20º dia útil de cada mês, sendo que o fornecimento da primeira remessa de conjunto de dosímetros deverá ser entregue no prazo de até 05 (cinco) dias do recebimento da Ordem de execução dos Serviços;



- 2.3 Os conjuntos de porta dosímetros serão recolhidos pela **CONTRATADA** nas dependências da **CONTRATANTE** na Gerência Técnica de Apoio Diagnóstico até o 10º dia útil de cada mês;
- 2.4 A cada entrega de conjuntos de porta dosímetros, a **CONTRATADA** deverá entregar os relatórios de doses, referentes a leitura do mês anterior;
- 2.5 A **CONTRATADA** não poderá recusar o atendimento do serviço, encaminhado pela **CONTRATANTE**, até o limite estabelecido;
- 2.6 O **CONTRATANTE** não se responsabilizará pelas despesas efetuadas por serviços não autorizados pela **CONTRATADA**.
- 2.7 O **CONTRATANTE** poderá vistoriar as instalações e equipamentos da **CONTRATADA**, a fim de verificar se atendem as exigências legais.
- 2.8 O Departamento de Apoio Técnico e a Gerência Técnica de Apoio Diagnóstico será responsável pela fiscalização e medição da execução do contrato, bem como pela fiscalização sobre os serviços prestados.
- 2.9 A **CONTRATADA** deverá encaminhar à **CONTRATANTE**, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, relação dos serviços realizados (nome, número do dosímetro, valor unitário e valor total do serviço prestado no período), e, após a conferência pela **CONTRATANTE**, será autorizada a emissão de Nota Fiscal dos Serviços prestados no mês. O pagamento será efetuado de acordo com a quantidade mensal dos serviços executados no mês.
- 2.10 É vedado a **CONTRATADA**, recusar ou terceirizar o serviço encaminhado pela **CONTRATANTE**.
- 2.11 A **CONTRATADA** deverá ter suporte para realizar o serviço de **entrega, recolhimento e leitura** dos conjuntos de dosimetria em uma eventual descontinuidade do serviço.
- 2.12 O prazo de vigência do contrato, a partir da data da assinatura, será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério da Contratante, e se não houver comunicação em contrário pela Contratada em até 90 (noventa) dias antes do término da cada período contratual.

### CLÁUSULA III – DO PRAZO DE VIGÊNCIA, REAJUSTE

3.1 - O prazo de vigência deste contrato, a partir da data de sua assinatura, será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado pelo período de, no mínimo, 03 (três) meses e no máximo 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, se não houver comunicação em contrário por parte da Contratada até 90 (noventa) dias antes do término de cada período.

3.2 – Fica ajustado que para fins de concessão de reajustes, conforme prazo contratual estabelecido, será adotado o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, ou os índices específicos estabelecidos em razão da natureza dos serviços, em substituição ao índice previsto no artigo 7º do Decreto nº 57.580, de 19 de janeiro de 2017, conforme determina a PORTARIA SF Nº 389, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017. “Sobrevindo a fixação de novos índices por ato normativo devidamente publicado pela Secretaria Municipal da Fazenda, SF, a Contratada fica obrigada a aceitá-los.”

3.3 - Se necessário e devidamente justificado pela área técnica (Unidade Requisitante), poderá ser admitido o acréscimo ou a redução observando-se o limite legal.

### CLÁUSULA IV – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 – A **CONTRATADA** obriga-se a manter durante o prazo de execução contratual, no que for compatível com as obrigações por ela assumidas, às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este ajuste, devendo, em caso contrário, comunicar imediatamente a **Contratante**.



**HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL  
TERMO 047/2019 DE CONTRATO**



**4.2** – A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir perfeita e integralmente as obrigações decorrentes do presente contrato, sujeitando-se, em caso de inadimplemento, às multas nele estabelecidas e às demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 em especial ao disposto no artigo 77 do mencionado Diploma Legal.

**4.3** A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente, o objeto do presente Contrato a outrem, ou a este associar-se, sob pena de considerar-se rescindido o contrato e aplicáveis, no caso, as sanções determinadas pela Lei Federal nº 8.666/93.

**4.4** - A **CONTRATADA** deverá realizar os atendimentos do serviço de acordo com as especificações constantes do anexo I, na forma prevista na proposta comercial, dentro dos prazos estabelecidos.

**4.5** A **CONTRATADA** não poderá recusar os procedimentos devidamente encaminhados pelo HSPM.

**CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1** – O Departamento de Apoio Técnico e a Gerência Técnica de Apoio Diagnóstico serão responsáveis pela correta execução deste contrato, bem como pela fiscalização sobre os serviços prestados.

**5.2** - Pagar a Contratada o valor mensal, no prazo de 30 dias após as entregas e apresentação da Nota Fiscal, notadamente após as conferências necessárias do objeto contratual.

**CLÁUSULA VI – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**6.1** - O preço total do presente contrato é de R\$ 18.480,00 (dezoito mil, quatrocentos e oitenta reais), onerando a dotação 02.10.10.302.3003.2507.3.3.90.39.00.00.05.40, conforme Nota de Empenho nº 710/2019, no valor de R\$ 14.630,00 (quatorze mil, seiscentos e trinta reais) até 31 de dezembro deste ano e a dotação própria do exercício seguinte. No preço total deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à entrega do objeto, livre de quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**, observado o disposto na portaria 45/94-SF, publicado no Diário Oficial do Município de 15.03.1994.

**6.2** - No preço da Prestação de Serviço e dos Materiais estarão inclusas todas e quaisquer despesas referentes a tributos, encargos previdenciários, trabalhistas e outros que recaiam ou venha a recair sobre a atividade.

**6.3** - Somente será encaminhada para pagamento quando resolvidas todas as divergências, inclusive quanto a atrasos e multas relativas ao objeto do Contrato.

**6.4** - O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após as entregas, mediante crédito em conta corrente do fornecedor no BANCO DO BRASIL.

**6.5** - Os pagamentos serão efetuados com base nos serviços efetivamente realizados e atestados pela Unidade Gestora da execução contratual.

**6.6** - Será estritamente observada e cumprida a determinação da Portaria 05/2012 SF (Secretaria Municipal de Finanças), que dispõe sobre a aplicação de compensação financeira quando houver atraso no pagamento dos valores devidos à **Contratada**.



6.7 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições estabelecidas no subitem anterior, em face da superveniência de normas Federais e Municipais aplicáveis à espécie.

## CLÁUSULA VII- DAS PENALIDADES

7.1- São aplicáveis as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº10.520 de 17 de julho de 2002; no capítulo IV da Lei Federal nº 8666/93, e demais normas pertinentes.

7.1.1 Advertência escrita;

7.1.2 Multa:

7.1.2.1 Pela recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela Administração, em assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, no prazo estipulado da **Convocação**, sujeitará a **CONTRATADA** ao pagamento de multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, sem prejuízo da penalidade prevista no **subitem 7.1.2.7**;

7.1.2.2 Incidirá na mesma pena prevista no **subitem 7.1.2.1**, se a Contratada estiver impedida de firmar o contrato ou retirar a nota de empenho pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

7.1.2.3. Pelo retardamento na execução do (s) objeto (s), multa diária de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela do serviço não executado. A partir do 30º (trigésimo) dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, conforme o caso), com as conseqüências daí advindas;

7.1.2.4. Pela inexecução parcial do objeto do contrato, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parcela mensal do serviço não entregue ou entregue em desacordo com as especificações técnicas;

7.1.2.5. Pela inexecução total do objeto do contrato, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao contrato;

7.1.2.6. Pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto contratual, multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato;

7.1.2.7. Pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, em razão da gravidade das infrações cometidas.

7.1.3 Evidenciada falsidade da declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei 123/2006, caracterizará o crime do artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista de impedimento de licitar e contratar com a Administração.

7.1.4 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

7.1.5. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.



7.1.6. O prazo para pagamento de multas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da **CONTRATANTE**, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido à **CONTRATADA**.

7.1.6.1. O não-pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo débito no CADIN e no Sistema Municipal da Dívida Ativa, bem como o ajuizamento do competente processo de execução fiscal.

#### CLÁUSULA VIII – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua Rescisão, sujeitando-se a parte infratora às penalidades previstas neste contrato.

8.2. Constituem motivo para Rescisão do Contrato a ocorrência de quaisquer uma das hipóteses previstas neste contrato e/ou no artigo 78 da lei 8.666/93.

8.3. Ocorrendo as hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei 8.666/93, ou qualquer uma das hipóteses prevista neste Contrato que enseje a sua rescisão, esta poderá ser decretada por ato unilateral do Contratante, desde que formalmente motivado, assegurando-se ao Contratado contraditório e ampla defesa.

8.4. A rescisão unilateral do contrato, acarretará, conforme o caso, as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV da lei 8.666/93, observados o disposto nos parágrafos 1º a 4º do mesmo dispositivo legal, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais previstas neste instrumento à parte infratora.

8.5. Poderá ser promovida a rescisão amigável do contrato, desde que haja conveniência ao Contratante;

8.6. Quando a Rescisão do Contrato ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da lei 8.666/93, sem que haja culpa do Contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito, quando for o caso, a: (a) devolução da garantia; (b) pagamentos devido pela execução do contrato até a data da rescisão; (c) pagamento do custo da desmobilização.

#### CLAUSULA IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital por uma das Varas da Fazenda Pública, para dirimir qualquer questão que venha ocorrer em virtude deste ajuste, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.2 – Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

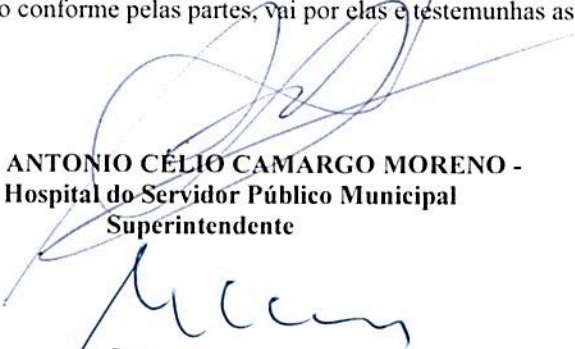


**HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**  
**TERMO 047/2019 DE CONTRATO**



9.3 - Os casos omissos neste instrumento contratual serão resolvidos de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8666/93, da Lei Municipal nº 13.278, de 07 de janeiro de 2002, com as demais disposições legais aplicáveis e, subsidiariamente, pelos princípios gerais de direito.


E do que ficou convencionado, foi lavrado o presente Termo de Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que lido e achado conforme pelas partes, vai por elas e testemunhas assinado.

  
- DR. ANTONIO CÉLIO CAMARGO MORENO -  
Hospital do Servidor Público Municipal  
Superintendente

- SR. ALWIN WILHELM ELBERN-  
Pro-Rad Consultores em Radioproteção S/S Ltda  
Representante Legal

**Testemunhas:**

Sra. Flávia Ivana Pallinger  
RG: 13.274.150-7 - - CPF: 052.110.728-80

  
LUIZA DE MOURA FONSECA  
Assessora de Suporte Operacional  
Superintendência - HSPM - RF 8.036.816

Sr. Odair Bezerra  
RG 8.036.816 - CPF 118.187.998-12

  
Janine Noronha  
Renovação de Contrato  
CPF: 817.487.950-15  
Pro-Rad Cons. Radioproteção S/S Ltda.

